

Boa oportunidade de ficar calado foi a que perdeu o senador Fábio Lucena (PMDB-AM), afirmando na Câmara Alta que se convenceu da existência de uma "campanha sórdida" contra o Congresso, a pretexto do pagamento de *jetons* mas "visando a um golpe". Essa campanha foi atribuída a "certos donos de jornais", o que levou o parlamentar a pedir que o senador José Fragelli, na qualidade de presidente do Congresso, defenda a instituição, requisitando cadeia nacional de rádio e de televisão para explicar ao País o que ocorre. Ora, desde logo, registre-se que essa defesa do Legislativo federal seria perfeitamente dispensável se deputados e senadores se comportassem — usado o verbo para exprimir um padrão de conduta incensurável, adotado para o estrito cumprimento dos deveres inerentes ao exercício do mandato eletivo perante o Poder do Estado que representa a democracia (Câmara) e a Federação (Senado); e desempenha em toda parte a missão intransferível de fiscalizar a atuação do Executivo, balizada na legislação que os próprios parlamentares têm sob sua guarda — ou para reformulá-la, com a votação de novos textos, ou para impedir que seja alterada, negando aprovação a maus projetos que visem a inová-la.

É evidente que a soma de tamanhas responsabilidades exclui a perspectiva de que os representantes do povo nas duas Casas Legislativas

sancionem iniciativas fadadas a comprometer o decoro a que estão submetidos ou a ensejar *peraltices* de qualquer tipo, máxime as que pudessem caracterizar desocupados ou vadios. Estranhamente, à medida que o tempo passa e o País se reconcilia com a liberdade, depois de um longo e penoso período de exceção, o Congresso decai e seu funcionamento dá motivo a um chorrilho de denúncias baseadas em fatos que provocam perplexidade geral. O voto de liderança, resquício do autoritarismo, exime os parlamentares de comparecerem ao plenário para participar de votações. Seis deles apenas (pois as legendas que se fazem representar atualmente são PMDB, PDS, PFL, PDT, PT e PTB), na Câmara e no Senado, entre mais de cinco centenas, decidem tudo por todos, obedecendo a uma prática que é *sui generis* na história da instituição, e em nada contribui para engrandecê-la.

Curioso, por muitos motivos, é que, esvaziado o plenário, nem por isso deixam deputados e senadores de embolsar tranquilamente o *jeton*, gratificação nada insignificante (112 mil cruzeiros por sessão), criada para remunerar exclusivamente o comparecimento ao trabalho — e nunca, como se faz agora, para aquinhoar os ausentes, seja a que título for. A verdade, entretanto, é que o pagamento do *jeton* se transformou em autêntico festival, a premiar indiscriminadamente os aplicados à satisfação de

seus compromissos, cuja importância não é necessário sublinhar, e os faltosos, entre estes os que nem sequer saem de seus Estados de origem, por todo o prazo de uma semana ou uma quinzena, porém acabam abiscotando bom dinheiro, ao qual — a prevalecerem normas irrecusáveis, jurídicas e morais — não têm direito. Quantos salários mínimos não se desperdiçam nesse festival? Quantos tributos, tomados na marra a um contribuinte exangue e inerte, não se somam para recompensar indevidamente congressistas relapsos na desídia?

Quer fatos o senador Lucena? Pois bem, na última segunda-feira o sr. José Fragelli esperou apenas meia hora, pela manhã, para cancelar uma sessão do Congresso, por falta de *quorum*: havia em plenário 28 deputados e quatro senadores. Convocada outra sessão para a noite, também não foi atingido *quorum* mínimo a que se iniciasse (80 deputados e 12 senadores). Meia hora depois, outra sessão de 15 minutos, contando, como na anterior, 43 deputados e oito senadores. Nada se votou, mas todos receberam dois *jetons*. Em 45 minutos. Decorridas 48 horas, mais três sessões, à noite, sem *quorum* mas com pagamento de *jetons* para todos os senadores e 280 deputados. É demais!

É claro que episódios como esses só desprestigiam o Parlamento, condenando-o a um *streak-tease* deplo-

rável: combinam omissões clamorosas com descaso soberano pela função pública. No entanto, quando a imprensa chama atenção para o que acontece, sobretudo no propósito de abrir caminho para que cessem os abusos e se desenvolvam os trabalhos legislativos, resolve o senador Fábio Lucena acusá-la (recorrendo a uma metáfora, "donos de jornais") de tramar um golpe. É ridículo! Será ela masoquista a ponto de sonhar com outra noite de arbítrio, com o cortejo de males de que se faz acompanhar, a começar pela censura? Cabe indagar: golpe com quem, para quê? Não. O quarto Poder do Estado, formado por jornais e emissoras, de cuja atuação se extrai a resultante que, na democracia, conduz à identificação da opinião pública com o interesse público, carece de liberdade para atingir os nobres objetivos que lhe são assinados; e repudia golpes, de todo gênero.

A conclusão a tirar é que as palavras do representante do Amazonas equivalem a um bumerangue, apto a fazer uma única vítima, ele mesmo, empenhado talvez inconscientemente em criar condições para um *golpe de mestre*: obter um papel qualquer, com força de lei, a fim de amordaçar a imprensa e impedir que continue a vergastar a conduta dos que, exercitando o mandato popular, o desmerecem. Espere sentado por tal papel o senador; o Brasil caminha para a democracia e esta exige, antes de tudo, imprensa livre.